

CORREIO FLUMINENSE

Adriano Marçal



Ação da Secretaria de Políticas para a Terceira Idade

Maricá promove ação sobre o Setembro Amarelo a idosos

A Prefeitura de Maricá, por meio da Secretaria de Políticas para a Terceira Idade, promoveu nesta terça-feira (23/09), na Casa do Idoso do Centro, uma ação voltada à conscientização e prevenção no Setembro Amarelo. A atividade ofereceu palestras, aulas de dança, apresentação do coral da Terceira Idade, além de serviços de autocuidado para os frequentadores da unidade.

O dia começou com uma animada aula de dança, que empolgou os participantes. Em seguida, os coordenadores da casa e colaboradores conduziram uma palestra sobre a importância da conscientização e, sobretudo, da prevenção ao suicídio.

A coordenadora-geral de Políticas para a Terceira Idade, Pamella Curveiro, ressaltou a relevância do debate. “O Setembro Amarelo deveria ser uma conscientização diária. O idoso, a cada dia, fica mais anulado e sozinho, mesmo dentro de casa. O idoso não é o passado, ele é o presente e o futuro. E a gente mostra isso incentivando os idosos a saírem de casa e serem acolhidos com amor em cada Casa da Terceira Idade”, disse.

As ações de conscientização do Setembro Amarelo estão sendo realizadas em todas as Casas do Idoso do município. O objetivo de promover prevenção, além de garantir lazer, saúde e bem-estar para a população idosa da cidade.

Claudia Dantas



Competição acontece em novembro, em Copacabana

Copa Sesc de Vôlei de Praia Feminino abre inscrições

Depois do futsal, agora é a Copa Sesc de Vôlei de Praia Feminino que abriu as inscrições para a competição, que vai acontecer de 27 a 30 de novembro na Praia de Copacabana, no Rio. As inscrições gratuitas das atletas podem ser feitas até 31 de outubro, em unidades do Sesc de cinco cidades do estado.

Serão formados times no Rio (Tijuca e Madureira), em São João de Meriti, Nova Iguaçu, Teresópolis e Barra Mansa. Podem participar, trabalhadores, estagiárias e jovens aprendizes maiores de 18 anos. Cada equipe pode inscrever até seis atletas, que precisam estar matriculadas no Sesc com a credencial plena (carteirinha) válida.

As equipes formadas vão se enfrentar na Arena Sesc, na Praia de Copacabana, com os custos de viagem, estadia e alimentação dos atletas para as duas grandes decisões serão arcados pelo Sesc RJ. Só haverá etapas classificatórias regionais se mais de um time for formado em cada unidade.

A Copa Sesc é dividida em duas modalidades: futsal masculino e vôlei de praia feminino. A Copa de futsal já está acontecendo em oito cidades do estado. Agora é a vez da Copa de vôlei de praia. As duas competições acontecem anualmente e fomentam a prática de atividade saudável, a integração entre as equipes e a melhora do condicionamento físico.

Encontro Regional sobre PEP e PrEP

Com objetivo de aprofundar a discussão sobre métodos de prevenção ao HIV, especialmente a Profilaxia Pós-Exposição (PEP) e a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), Macaé sediou, nesta terça-feira (23), o “Encontro Regional sobre PEP e PrEP do Norte Fluminense”, realizado

pela gerência de IST/Aids da Secretaria de Estado de Saúde (SES). O evento promovido no auditório do Núcleo de Educação Permanente em Saúde (Neps) do Hospital Municipal de Macaé (HPM) reuniu representantes das secretarias municipais do Norte Fluminense.



A meta do Estado é vacinar, até dezembro, 90% do público alvo

Estado reforça a importância da vacinação contra HPV

Secretaria de Saúde ampliou temporariamente o público-alvo para pessoas entre 15 a 19 anos

O Governo do Estado reforça o chamado para que adolescentes e jovens tomem a vacina contra o HPV (Papilomavírus Humano). O convite da Secretaria de Estado de Saúde é destinado aos que têm entre 15 e 19 anos, que ainda não foram imunizados. O público-alvo foi ampliado temporariamente porque a cobertura está abaixo da meta. Das mais de 520 mil pessoas nessa faixa etária, apenas 7.999 (1,54%) buscaram a proteção contra a doença, que, em casos mais graves, pode causar câncer.

A meta do Estado é vacinar, até dezembro deste ano, 90% desse novo público. Pelo Calendário Nacional de

Vacinação, o imunizante é normalmente destinado para crianças e adolescentes de 9 a 14 anos. O HPV - especificamente os tipos 16 e tipo 18 - está envolvido em quase 100% dos casos de câncer de colo de útero, também chamado de câncer cervical. O vírus também pode levar a outros tipos de câncer, como anal, de vulva, de vagina, de pênis e de orofaringe.

“Convocamos os adolescentes e jovens, que não tiveram a oportunidade de se vacinar na idade recomendada, a comparecer às unidades básicas e clínicas da família para se imunizar contra o HPV. Essa é uma doença perigosa, que

pode se manifestar de forma grave e causar cânceres. Porém, a vacina é segura, eficaz e gratuita no SUS”, afirma a secretária de Estado de Saúde, Claudia Mello.

Além desse público, adultos com imunossupressão — como pessoas vivendo com HIV, transplantados e indivíduos com outras condições específicas —, além de vítimas de violência sexual, também podem receber a vacina pelo SUS até os 45 anos, conforme recomendação do Ministério da Saúde.

A secretaria tem orientado os municípios sobre a vacinação em unidades de saúde, e, quando possível, reforço das

ações em escolas de Ensino Médio, Fundamental, instituições de Ensino Superior, shoppings e em locais de grande circulação. Caso uma unidade de saúde não tenha o imunizante, o município deve orientar os responsáveis e jovens sobre a importância da imunização e direcioná-los à unidade mais próxima.

O que é o HPV

O HPV (Papilomavírus Humano) é um vírus que afeta a pele e as mucosas, sendo a infecção sexualmente transmissível mais comum no mundo. Existem mais de 200 tipos de HPV, alguns dos quais podem causar verrugas genitais, enquanto outros estão associados a tumores malignos, como o câncer do colo do útero, ânus, pênis, boca e garganta.

A infecção pelo HPV não apresenta sintomas na maioria das pessoas. Em alguns casos, o HPV pode ficar latente de meses a anos, sem manifestar sinais (visíveis a olho nu), ou apresentar manifestações subclínicas (não visíveis a olho nu). A diminuição da resistência do organismo pode desencadear a multiplicação do HPV e, consequentemente, provocar o aparecimento de lesões. A maioria das infecções tem resolução espontânea, pelo próprio organismo, em um período aproximado de até 24 meses.

As primeiras manifestações da infecção pelo HPV surgem entre, aproximadamente, 2 a 8 meses, mas pode demorar até 20 anos para aparecer algum sinal da infecção. As manifestações costumam ser mais comuns em gestantes e em pessoas com imunidade baixa. O diagnóstico do HPV é atualmente realizado por meio de exames clínicos e laboratoriais, dependendo do tipo de lesão, se clínica ou subclínica.

Campos interdita clínica por irregularidades

A Vigilância Sanitária Municipal de Campos (VISA) interditiou uma clínica de estética após encontrar irregularidades graves, entre as quais estão o armazenamento e administração do medicamento Mounjaro, sem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além da falta de licenciamento sanitário vigente e ausência de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para atividade médica. A ação faz parte da Operação Cintura Fina, deflagrada junto com a Polícia Civil, na segunda-feira (23), visando à proteção à saúde pública.

A diretora da VISA, Vera Cardoso de Melo explica que a investigação foi iniciada a partir de múltiplas denúncias anônimas referentes ao mesmo local. Na averiguação preliminar, foi constatada, através das redes sociais, a veiculação de propagandas de medicamentos, o que é proibido. A legislação veda a propaganda de medicamentos que exigem prescrição médica e retenção da receita, e o Mounjaro é um desses medicamentos.

“O Mounjaro é um medicamento controlado pela Anvisa, com importação regulada e só pode ser vendido em farmácias e drogarias. Não pode ser vendido em consultórios médicos, o que também não é o caso da clínica que funcionava de forma clandestina. Diante disso, acionamos a Polícia Civil, prevendo a possibilidade de um caso policial, além da questão sanitária”, informou Vera.

Representantes dos poderes estaduais se reúnem para debater contas de 2026

Reprodução/Redes Sociais



Castro quer contribuição de todos os poderes no projeto

ICMS em até 90 meses, com uma estimativa de arrecadação para o Estado em torno de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões.

Já o Fundo Orçamentário Temporário resultará em maior justiça tributária para as empresas fluminenses, além de recompor parte das perdas resultantes da Lei Complementar Federal 194/2022, que reduziu as alíquotas de ICMS de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. O FOT prevê redução ampla e gradativa dos benefícios fiscais do Rio de Janeiro entre 2026 e 2032, para assegurar o equilíbrio fiscal sustentável do Estado.

“Estamos mobilizando to-

dos os poderes para defender os interesses do Rio de Janeiro, ninguém está interessado em ter o estado quebrado. Estamos buscando atualizar e aperfeiçoar a legislação estadual para reforçar o caixa e conseguirmos diminuir os danos do déficit, e continuar executando projetos que desenvolvam o RJ”, enfatizou Castro.

A reunião contou com a presença dos presidentes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Ricardo Couto de Castro, e do Tribunal de Contas do Estado, Márcio Pacheco e dos deputados estaduais Rodrigo Amorim e André Correa, entre outras autoridades.

O governador Cláudio Castro se reuniu, nesta terça-feira (23), com representantes dos poderes estaduais para debater os últimos detalhes do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para o exercício do ano de 2026, que será enviado à Alerj na próxima semana. A proposta foi montada tendo como base o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), cenário em que o Rio de Janeiro está atualmente. O encontro também teve como objetivo a criação de um pacto pelas contas estaduais, garantindo que cada poder e instituição desse sua contribuição antes da entrega do planejamento orçamentário ao Legislativo.

“O Rio de Janeiro vem enfrentando desafios nos últimos anos, em função da queda de receita. Nossa gestão tem feito o dever de casa, implementando ações para aumento de receita que têm se mostrado eficazes e contribuído para o ajuste das contas. No entanto, esses ganhos não são proporcionais às perdas causadas por fatores externos, como a redução do preço do barril do petróleo, os juros da dívida, a menor arrecadação de royalties e de ICMS. Para isso, é importante a aprovação dos projetos econômicos, como o Refis e o Fundo Orçamentário Temporário (FOT), para recompor parte dessas perdas, que afetam o orçamento do Estado”, declarou o governador.

Durante a reunião, Castro explicou que o Refis permitirá que empresas regularizem sua situação tributária, a partir do parcelamento de dívidas de